



JLM&A
CONSULTORES

PROGRAMA DO GOVERNO

ABRIL DE 2024

ANÁLISE À DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA NO PARLAMENTO

O Governo de Luís Montenegro entregou no dia 10 de abril na Assembleia da República o seu programa, um documento de 184 páginas assente em seis pilares estratégicos, que se resumem em seis objetivos principais: um país mais justo e solidário, um país mais rico, inovador e competitivo, um país mais aberto e global, um país mais verde e sustentável, um país mais democrático, aberto e transparente, um país com um Estado mais eficiente.

Na apresentação do programa, o governo anunciou a adoção de **60 medidas de outros partidos**, das quais mais de metade são do Partido Socialista, sobretudo nos setores dos transportes, da energia, floresta, habitação, mobilidade, saúde e defesa nacional; 13 medidas do Chega, que se focam principalmente no turismo, na defesa e nos transportes; assim como seis medidas da Iniciativa Liberal, nas áreas dos transportes, da saúde e do combate à burocracia. O programa inclui ainda três medidas do Livre, três medidas do Bloco de Esquerda (BE), duas do partido Pessoas Animais e Natureza (PAN) e uma do Partido Comunista Português (PCP).

Além da surpresa da **integração de propostas de outros partidos**, a outra novidade é o **recuo em algumas medidas anunciadas no programa da Aliança Democrática (AD) e a inclusão de novas medidas**. Recuo, por exemplo, na proposta de alteração da forma de nomeação dos administradores dos reguladores, ou ainda na “profunda modernização e transformação da máquina da segurança social e possível fusão com o fisco”, medidas prometidas pela AD e que não constam no programa do Governo. Uma das novidades que surge é, por exemplo, a criação de um novo suplemento remunerativo solidário.

A discussão sobre o programa do Governo decorreu nos dias 11 e 12 de abril na Assembleia da República. Como medidas prioritárias, o primeiro-ministro salientou a redução do IRS até ao 8º escalão (que será votada já na semana de 15 a 19 de abril), as conversações com forças de segurança e professores (que vão iniciar-se respetivamente a 12 de abril e na semana seguinte) e a revogação de várias medidas do programa Mais Habitação, destacando ainda que o Plano de Emergência do Serviço Nacional de Saúde será apresentado até ao dia 2 de junho. O apelo ao “sentido de responsabilidade” dos partidos foi uma vez mais defendido pelo governo, que deixou recados ao PS, realçando que “os portugueses não perdoarão se a oposição der um cheque sem cobertura ao país”, garantindo abertura para dialogar com todos.

No Plenário, o programa mereceu críticas de todos os partidos, que desvalorizaram a integração das suas medidas no documento. À esquerda, o PS acusou o governo de arrogância e de falta de diálogo verdadeiro, uma crítica que também foi proferida pelo Livre, que acusou Montenegro de querer obrigar os partidos a “aprovar agora e dialogar depois”. No final da discussão, Pedro Nuno Santos criticou a estratégia para a saúde e desafiou o governo a aprovar cinco iniciativas que o PS irá apresentar na área dos transportes, da energia, da habitação e da segurança social. O BE e o PCP criticaram várias medidas do programa, da descida do IRC às medidas da habitação, ambos reiterando os fundamentos para avançarem com moções de rejeição ao programa. Já o PAN acusou o governo de falta de progressismo, salientando que continua a adiar as metas de neutralidade carbónica.

À direita, o Chega criticou o número de medidas do PS que foram incluídas no programa e voltou a pressionar o PSD para um entendimento, desafiando-o para apresentarem em conjunto um orçamento retificativo. Já a IL mostrou-se desiludida, considerando que o governo devia introduzir uma descida de impostos “mais ambiciosa”.

As votações das moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo BE foram rejeitadas pelos deputados do PSD, CDS, Chega e IL, recebendo votos de abstenção do PS e de aprovação do PCP, do BE e do Livre. O PAN votou contra a moção do PCP e absteve-se na do BE.

Não tendo o programa sido chumbado pelo Parlamento, o governo de Luís Montenegro entra agora em plenas funções.

AS PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

CARGA FISCAL

- Redução imediata do IRS até ao 8º escalão (rendimentos até 81.199€)

- Redução da taxa de IRC em dois pontos percentuais por ano até 15% em três anos

RENDIMENTOS

- Aumento do salário mínimo nacional para 1.000 euros em 2028

- Criação de um suplemento remunerativo solidário

- Reforço gradual do valor do complemento solidário para idosos para 820 euros em 2028

EDUCAÇÃO

- Recuperação do tempo de serviço dos professores, 20% ao ano

- Garantia de acesso universal e gratuito às creches e ao pré-escolar

- Revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo

APOIOS AOS MAIS JOVENS

- Taxa máxima de 15% no IRS para jovens até aos 35 anos

- Isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens

- Garantia pública para financiamento até 100% do valor do imóvel na aquisição da primeira casa

HABITAÇÃO

- Revogação de medidas do programa Mais Habitação, incluindo o arrendamento forçado de imóveis devolutos, o congelamento de rendas e a contribuição extraordinária sobre o alojamento local

- Programa de PPPs para construção de imóveis para classe média

- Aplicação de IVA à taxa de 6% nas obras e serviços de construção e reabilitação e alargamento da dedutibilidade

SAÚDE

- Acabar com listas de espera até final de 2025 através da atribuição de voucher para atendimento gratuito no setor privado ou social (uma vez ultrapassado o tempo de resposta)

- Novo modelo de contratualização para garantir o acesso universal à saúde, recorrendo aos meios públicos, privados e sociais

***Até 2 de Junho será apresentado o Plano de Emergência do SNS, que define medidas concretas sobre o acesso aos cuidados e metas no calendário 2024-2025.**

AS PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

TRANSPORTES

Conclusão do processo de escolha do novo aeroporto de Lisboa e início da sua construção com a maior brevidade possível

Início da construção do TGV com a maior brevidade possível

Lançamento do processo de privatização da TAP

AMBIENTE

Revisão do Plano Nacional Energia e Clima

Dar um novo impulso à reforma da fiscalidade verde

Programa AIA 2.0: utilização de inteligência artificial no licenciamento ambiental

TECNOLOGIA

Criação de estratégia digital nacional, com uma visão, objetivos, indicadores e prazos claros

Criação de fundo de inovação digital

Apoiar a investigação, a inovação e o empreendedorismo em IA e estimular a adoção e a utilização da IA nos setores público e privado

LUTA CONTRA A BUROCRACIA

Levantamento e subsequente eliminação ou redução significativa das barreiras e constrangimentos à atividade económica com o apoio das associações setoriais, dando prioridade aos setores dos transportes, energia e comunicações.

Imposição de *sunset clauses* às regras de licenciamento

Aplicação de princípios de "*only once*", proibindo entidades públicas de solicitarem documentos e informações que estão na posse de outras entidades públicas

ENERGIA

Criação de uma estratégia nacional de armazenamento de energia até 2026

Incentivar o aparecimento de novos agentes de mercado para baixar os preços da energia

Concretização dos compromissos assumidos entre Portugal, Espanha e França ao nível das interligações energéticas para aumentar a conectividade europeia

Revisão do enquadramento legislativo referente aos planos de desenvolvimento e investimento nas redes energéticas nacionais

SEGURANÇA

Valorização das carreiras das forças de segurança

Utilização de novos instrumentos, como sistemas de videovigilância e *body cameras*

RESUMO DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS POR SETOR

FISCALIDADE DAS EMPRESAS

- Reduzir a taxa de IRC em dois pontos percentuais por ano, passando dos atuais 21% para os 15% em três anos.
- Reduzir em 20% as tributações autónomas sobre viaturas das empresas em sede de IRC [*proposta retirada do programa do PS*].
- Promover a eliminação, de forma gradual, da progressividade da derrama estadual e da derrama municipal em sede de IRC.
- Aplicar de forma efetiva a aceleração e automatização da compensação de créditos tributários.
- Equacionar a criação de benefícios fiscais para empresas que criem programas de apoio à maternidade e paternidade.
- Incrementar vantagens fiscais às empresas que contratem pessoas com deficiência acima da quota legal.

LEGISLAÇÃO LABORAL

- Revisitar a Agenda do Trabalho Digno, avaliando na concertação social e com todos os parceiros, os resultados do primeiro ano de implementação no terreno.
- Alargar as matérias de intervenção da negociação coletiva sem especiais condicionalismos, designadamente, matérias como a relação jurídica e tipologia do emprego, mecanismos de mobilidade, períodos experimentais, tempo de trabalho e aspetos relativos à extinção dos vínculos [*proposta retirada do programa da IL*].
- Revisitar a legislação sobre horários flexíveis, teletrabalho e licenças parentais no âmbito do objetivo de promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho.
- Ponderar equiparação da licença de maternidade e de paternidade pós-parto.
- Reforçar mecanismos de fiscalização da desigualdade salarial entre homens e mulheres.
- Criar plano nacional de apoio a todos os jovens com deficiência na transição da escola para o mercado de trabalho.

POLÍTICA DE RENDIMENTOS

- Aumentar o salário mínimo nacional para 1.000 euros em 2028.
- Reduzir o IRS para os contribuintes até ao 8º escalão (rendimentos até 81.199€), através da redução de taxas marginais entre 0,5 e 3 pontos percentuais face a 2023.
- Adotar o IRS jovem de forma duradora e estrutural, tendo uma taxa máxima de 15% aplicada a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos (rendimentos superiores a 81.199€).
- Tornar obrigatória a atualização dos escalões e tabelas de retenção em linha com a inflação e com o crescimento da produtividade.
- Isentar de contribuições e impostos os prémios de produtividade por desempenho até ao limite equivalente de um vencimento mensal.
- Criação de um suplemento remunerativo solidário, um apoio que incentiva a procura de trabalho sem que as pessoas percam rendimentos provenientes de outros benefícios sociais.
- Reforçar gradualmente o valor do complemento solidário para idosos para que em 2028 os reformados em situações de maior fragilidade possam ter um valor de referência garantido de 820 euros.
- Reforçar as medidas de apoio à natalidade, nomeadamente as de natureza fiscal e incluindo para trabalhadores independentes.
- Adotar medidas de convergência entre os direitos à proteção social dos trabalhadores independentes e o regime dos trabalhadores por conta de outrem.

SEGURANÇA SOCIAL

- Diversificar as fontes de financiamento do Sistema de Segurança Social Previdencial.
- Preparar a Segurança Social pública para gerir fundos de capitalização de adesão voluntária, em competição com o setor privado e mutualista.

SETOR FINANCEIRO E SEGURADOR

- Implementar uma garantia pública para viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço da aquisição da primeira casa por jovens até aos 35 anos.
- Implementar uma linha de partilha de risco para PME, garantida pelo Estado Português e pela UE, através do reforço do programa InvestEU, com vista a facilitar o acesso das empresas a financiamento.
- Apoiar o investimento em capital de risco, estudando a possibilidade de introduzir instrumentos como, por exemplo, uma linha de coinvestimento para start-ups e capital de risco, a criação de fundos imobiliários em conjunto com os bancos e proprietários e a eliminação das restrições a formas alternativas de financiamento (fintech, fundos de reestruturação, etc.), entre outras medidas.
- Reformar os regimes de insolvência, adotando as melhores práticas europeias relativamente à facilitação de acordos de reestruturação, de financiamento floating charge, e da conversão de dívida em capital e atribuindo mais poder de negociação aos credores.
- Rever o regime dos avales pessoais exigidos pelas instituições financeiras.
- Lançar o Programa Capitalizar +, de apoio à transição geracional e à valorização de ativos empresariais, com quatro dimensões de intervenção: reforço continuado dos mecanismos de tratamento fiscal privilegiado do reforço de capitais em relação ao financiamento por capitais alheios; revisão do contrato de mandato do Banco Português de Fomento visando adequar os instrumentos de acesso ao capital e quase capital às necessidades das empresas; programa de transição geracional das empresas familiares; e programa dirigido a ganhos de escala, fusões e aquisições e à recuperação de ativos [*proposta retirada do programa do PS*].

SAÚDE

- Apresentar o Plano de Emergência do SNS nos próximos 60 dias, garantindo tempos máximos de resposta para consultas de especialidade, cirurgias, diagnóstico e terapêutica, urgências em saúde materno-infantil e atribuir um médico de família a todos os portugueses.
- Reformular a Direção Executiva do SNS, com estrutura orgânica mais simplificada.
- Novo modelo de contratualização do SNS, com Plano Plurianual de Investimentos para modernizar tecnologicamente, qualificar infraestruturas e reforçar capacidade de resposta.
- Auditoria regional e nacional a tempos máximos de resposta garantidos.
- Garantir consulta de especialidade na rede de unidades de saúde convencionadas, sempre que seja ultrapassado o Tempo Máximo de Resposta Garantido no SNS.
- Aproveitar experiência de Médicos de Família aposentados.
- Descentralizar competências na área da saúde, articulando a rede pública, social e privada existente em cada Freguesia e Município.
- Envolver na rede de cuidados de proximidade e na resposta integrada de saúde e apoio social as autarquias e as instituições públicas, privadas e sociais que atuam localmente.
- Melhorar o acesso a tratamentos de infertilidade e reprodução medicamente assistida.
- Alargar consultas de Psicologia Clínica, Reabilitação e Nutrição nos Centros de Saúde.
- Abrir unidades de Cuidados Paliativos e de Cuidados Continuados de 2ª Geração, com novos modelos de Parcerias Público-Sociais.
- Estabelecer um novo programa nacional de Saúde Oral com unidades privadas.
- Alargar âmbito e cobertura do programa Cheque-Dentista.
- Plano de Motivação dos Profissionais de Saúde específico para as equipas de urgência e carreiras profissionais de saúde, contemplando progressão e formação.

HABITAÇÃO E SETOR IMOBILIÁRIO

- Reverter medidas “erradas” do programa Mais Habitação: arrendamento forçado, congelamento de rendas, contribuição extraordinária sobre o alojamento local e a caducidade das licenças anteriores ao programa.
- Aplicar IVA de 6% nas obras e serviços de construção e reabilitação, e reduzir ou eliminar taxas de urbanização, edificação, utilização e ocupação ao abrigo de um regime excepcional e temporário de eliminação e redução de custos tributários em obras de construção ou reabilitação em imóveis para habitação permanente.
- Implementar um programa de Parceria Público Privadas (PPP) para construção e reabilitação para habitação e alojamento estudantil.
- Implementar uma garantia pública para viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço da aquisição da primeira casa por jovens até aos 35 anos.
- Isenção de IMT e Imposto do Selo para jovens.
- Injetar no mercado de forma quase automática os imóveis e solos públicos devolutos ou subutilizados.
- Clarificar as regras de investimento imobiliário e atração de investimento (residentes e não residentes).

TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS

- Concluir o processo de escolha do Novo Aeroporto de Lisboa e iniciar o mais depressa possível a sua construção.
- Lançar o processo de privatização do capital social da TAP
- Iniciar o mais depressa possível a construção do TGV [*proposta retirada do programa do Chega*].
- Concretizar os projetos previstos e aprovados pelo Plano Nacional de Investimentos 2030.
- Promover, através dos fundos europeus, a expansão de infraestruturas de carregamento para veículos elétricos e a hidrogénio nas cidades.
- Criar rede de abastecimento a hidrogénio que permita uma ampla utilização nos transportes de longo curso de passageiros e mercadorias.
- Potenciar utilização das auto-estradas de tráfego reduzido e onde a cobrança de portagem afasta os utilizadores, em particular nos territórios de baixa densidade [*proposta retirada do programa do PS*].
- Promover maior concorrência do serviço ferroviário atualmente prestado pela CP [*proposta retirada do programa da IL*].
- Apoiar a transição energética dos portos.
- Rever a aplicação da taxa de uso da infraestrutura para comboios de mercadorias, eliminando a distorção existente relativamente ao transporte rodoviário.

ENERGIA

- Concretizar os compromissos internacionais de Portugal na transição energética e descarbonização efetiva e competitiva da economia nacional.
- Rever o enquadramento legislativo referente aos planos de desenvolvimento e investimento nas redes energéticas nacionais para serem mais eficazes, coerentes e articulados.
- Desenvolver uma estratégia nacional de armazenamento de energia até 2026 com o objetivo de acelerar o investimento na capacidade nacional de armazenamento, nomeadamente através de baterias associadas a parques eólicos e fotovoltaicos [*proposta retirada do programa do PS*].
- Promover maior concorrência em toda a cadeia de valor do setor, da produção à comercialização e distribuição, de forma a baixar os preços da energia para as famílias e empresas.
- Promover o investimento economicamente racional e a execução efetiva das redes e infraestruturas de transporte e distribuição de eletricidade e gás necessários às evoluções de oferta e procura, considerando os desafios e implicações da transição energética.
- Estimular o conceito de consumidor-produtor, desburocratizando e acelerando o licenciamento das formas de produção descentralizada, incluindo unidades de produção para autoconsumo (UPAC), unidades de pequena produção (UPP), comunidades de energia renovável (CER) e unidades de autoconsumo coletivo, bem como de partilha de energia, de forma a garantir, a médio e longo prazo, custos de energia mais baixos.
- Adotar uma abordagem equilibrada e responsável quanto ao aproveitamento de recursos geológicos, cuja exploração deve assegurar o cumprimento escrupuloso das condicionantes ambientais e sociais previstas.
- Transpor para o quadro nacional o “Critical raw materials act” europeu que irá permitir o fornecimento seguro e responsável de matérias-primas e assegurar a transição energética.
- Compatibilizar a exploração racional dos recursos e usos do Espaço Marítimo Nacional com as atividades tradicionais existentes (pesca, turismo e outras), respeitando a proteção do meio ambiente sob impacto e criando condições sustentáveis para a produção eólica offshore.

AMBIENTE

- No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, incluindo o pacote legislativo “Objetivo 55” (Fit for 55), garantir uma efetiva transposição e aplicação do normativo e das iniciativas previstas.
- Concluir o processo de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030).
- Dar um novo impulso à Reforma da Fiscalidade Verde identificando novas medidas e abordagens que contribuam para um uso mais eficiente e sustentável dos recursos.
- Criar o Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025–2040 prevendo intervenções estruturais e investimentos continuados num contexto em que se intensificam os fenómenos climáticos extremos.
- Implementar uma política regenerativa na gestão de resíduos capaz de recuperar os atrasos e de reverter os maus desempenhos ao nível da prevenção, reutilização, reciclagem e valorização, em prol de uma economia mais circular.
- Criar o programa de modernização da avaliação de impacte ambiental – AIA 2.0, enquanto instrumento de apoio aos procedimentos administrativos, com recurso a tecnologias de inteligência artificial para maior transparência e celeridade das decisões.
- Implementar um portal único do licenciamento ambiental com vista a assegurar a total transparência e integridade dos processos de licenciamento.
- Acelerar a execução das centrais de dessalinização previstas e avaliar novas necessidades, procurando mitigar os custos económicos do preço água através de medidas conexas no âmbito energético.
- Criar um modelo de governança para as áreas marinhas protegidas, garantindo a articulação entre as instituições com competências na sua classificação, gestão, monitorização, fiscalização, e a publicação de dados sobre estas matérias.
- Reformular e capacitar o Fundo Azul como instrumento essencial de apoio às áreas emergentes como a biotecnologia marinha, a digitalização e a robótica subaquática [*proposta retirada do programa do PS*].
- Acelerar a componente 10 do PRR, em particular a rede de infraestruturas para a economia azul (Hub Azul).
- Acelerar a execução da componente 11 do PRR, relativa à promoção e apoio financeiro aos projetos pluridimensionais que promovam a neutralidade carbónica.

TECNOLOGIA

- Criar uma estratégia digital nacional, com uma visão, objetivos, indicadores e prazos claros, e um orçamento e uma estrutura de governação específicos, envolvendo todas as partes interessadas relevantes dos setores público, privado e da sociedade civil.
- Criar um fundo de inovação digital, com o objetivo de apoiar a investigação, o desenvolvimento e a adoção de tecnologias emergentes pelas empresas portuguesas, através da prestação de assistência financeira e técnica e da facilitação do acesso a mercados e redes.
- Investir na formação e na qualificação dos recursos humanos em IA, e apoiar a investigação, a inovação e o empreendedorismo em IA e estimular a adoção e a utilização da IA nos setores público e privado.
- Promover e investir no desenvolvimento da infraestrutura computacional de alto desempenho em Portugal.
- Apoiar investimentos estruturantes alinhados com os Projetos Importantes de Interesse Comum Europeus (IPCEI), como Chips Act ou outras iniciativas de caráter europeu.
- Acelerar a execução da componente 16 do PRR, focada na transição digital do tecido empresarial (aceleradoras do comércio digital e bairros comerciais digitais).
- Consensualizar a revisão da Estratégia Nacional de Segurança no Ciberespaço e adotar adequadamente a Diretiva europeia nesta área (NIS2).

AGRICULTURA

- Aumentar o rendimento disponível e potenciar a utilização dos fundos da Política Agrícola Comum e do MAR2030.
- Criar instrumentos financeiros para a capitalização das empresas dos setores e para financiar projetos agrícolas, florestais e pescas, em articulação com o Banco Europeu de Investimentos (BEI).
- Agilizar os procedimentos de licenciamento de infraestruturas agrícolas e florestais nas explorações.
- Consolidar o papel do ICNF enquanto entidade de referência na floresta portuguesa, apostando na sua capacitação e modernização.
- Rever a carreira dos Vigilantes da Natureza, assim como valorizar a carreira de Sapador Florestal [*proposta retirada do programa do Chega*].
- Implementar o Plano para a Aquicultura em Águas de Transição com o objetivo de aumentar em 50 % a produção aquícola nesta década [*proposta retirada do programa do PS*].
- Investir no aumento da capacidade de armazenamento de águas superficiais e consequente aumento das áreas beneficiadas por regadios públicos.
- Potenciar o mercado voluntário de carbono com vista a remunerar os produtores florestais e agrícolas que desenvolvam práticas que aumentem quantidade de carbono sequestrado.

EDUCAÇÃO

- Iniciar recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores, ao longo da legislatura, a 20% ao ano.
- Garantir o acesso universal e gratuito às creches e ao pré-escolar, mobilizando os setores público, social e privado.
- Promover as horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa.
- Rever o salário em início de carreira docente.
- Rever a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986.
- Criar plataforma integrada de todos os serviços do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e investir em recursos digitais que simplifiquem os processos administrativos.
- Implementar o programa A+A (“Aprender Mais Agora”), um plano de recuperação de aprendizagens.
- Criar dedução em sede de IRS das despesas de alojamento de professores que se encontrem deslocados a mais de 70km da sua área de residência.

ENSINO SUPERIOR

- Aproximar o valor de 3% do PIB de investimento (público e privado) em ciência e inovação.
- Avaliar reforço dos incentivos fiscais para empresas que investem em programas de I&D em parceria com instituições do Ensino Superior.
- Estimular a contratação de doutorados pelas empresas.
- Criar um programa JDI – Jovens Doutorados para a Indústria, desenvolvendo, com o apoio das Associações Empresariais Nacionais, programas de incentivo à integração de jovens doutorados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas, substituindo, com vantagens para a economia portuguesa, o atual sistema de bolsas de investigação.

CULTURA

- Aumentar em 50% o valor atribuído à cultura no Orçamento do Estado, ao longo dos próximos quatro anos.
- Reforçar e diversificar o regime legal do mecenato cultural, revendo a atual legislação e dotando-a de capacidade atrativa e mobilizadora, que permita flexibilizar e reforçar práticas de preservação, programação e criação.
- Assegurar, até ao fim da legislatura, a gratuitidade de acesso a museus, monumentos nacionais e centros de ciência, para jovens até aos 25 anos.
- Desenvolver e implementar um Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual.
- Acelerar a execução da componente 4 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), relativa à cultura.

JUSTIÇA

Avançar para uma reforma da Justiça em seis áreas de atuação:

- Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal: adotar medidas urgentes para a Jurisdição Administrativa e Fiscal, elaboradas a partir de contributos já existentes, com vista à respetiva implementação imediata.
- Celeridade processual: desenvolver alterações da legislação processual penal no sentido de combater a formação dos chamados megaprocessos; proceder à revisão das normas processuais, nomeadamente em processo civil, em processo penal e em processos administrativo e tributário, proceder à revisão dos prazos judiciais [*medida retirada do programa do PS*]; rever o regime geral de contraordenações, harmonizando os regimes setoriais, entre outras medidas.
- Justiça económica: criar unidades de recuperação de atrasos nos processos, priorizando os mais antigos; reformar os regimes de insolvência; simplificar os processos de registo de propriedade, entre outras medidas.
- Valorização das carreiras: rever os modelos de formação contínua dos Magistrados; encetar um processo de revisão e valorização das carreiras profissionais dos Oficiais de Justiça e dos guardas prisionais; entre outras medidas.
- Sistema prisional: alargar programas específicos de intervenção nas áreas da saúde mental/toxicod dependência/novas adições e da delinquência juvenil; reforçar e alargar as equipas de vigilância eletrónica; entre outras medidas.
- Acesso à justiça e funcionamento dos tribunais: promover a reforma do regulamento das custas processuais; atribuir autonomia administrativa e financeira aos Tribunais de primeira instância.

TRANSPARÊNCIA & COMBATE À CORRUPÇÃO

Lançar uma agenda ambiciosa de combate à corrupção assente em três pilares:

- Prevenção: regulamentação do lobbying; criação de um registo de transparência; adoção da agenda pública que regista e divulga as interações formais ou informais entre os titulares, entre outras medidas.
- Repressão e penalização: criminalização do enriquecimento ilícito; reforço de recursos humanos, materiais, organizativos e tecnológicos para o combate, investigação e ação penal contra a corrupção e outros crimes no exercício de cargos públicos, entre outras medidas.
- Educação: inclusão de conteúdos curriculares sobre a prevenção e o combate à corrupção, nos diferentes níveis de ensino; divulgação de boas práticas e casos de sucesso na prevenção e no combate à corrupção.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Iniciar processo de dignificação das carreiras e de valorização profissional e remuneratória dos homens e mulheres que servem nas forças de segurança.
- Executar o quadro plurianual de investimentos nas forças de segurança, nomeadamente, em equipamentos, formação, especialização e instalações.
- Aprofundar e estender acordos com autarquias locais, em matéria de instalações, que permitam que as intervenções necessárias.
- Promover a utilização de novos instrumentos, v.g., sistema de videovigilância, *body cameras*.
- Expandir a rede CCTV nas zonas de diversão noturna, nas zonas com mais problemas e nos exterior das esquadras [*proposta retirada do programa do Chega*].
- Promover uma rigorosa avaliação da extinção do SEF e a sua integração noutros serviços, designadamente, para identificar e corrigir desconformidades legais, falhas operacionais e áreas de conflito de competências.
- Revisitar o enquadramento legal dos serviços de informações e promover o reforço dos meios disponíveis do Serviço de Informações de Segurança (SIS) na prevenção das ameaças de espionagem, ingerência externa, desinformação e notícias falsas e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa na defesa dos interesses nacionais e das comunidades portuguesas no exterior.
- Avaliar os novos modelos de controlo dos fluxos fronteiriços, colaborando ativamente nos organismos europeus e internacionais, destacando a relevância da cooperação internacional nesta dimensão.

DEFESA

- Assegurar a capacidade, os meios e a prontidão das Forças Armadas para o cumprimento das suas missões, ultrapassando problemas colocados à execução da Lei da Programação Militar (LPM).
- Atualizar os incentivos ao recrutamento e retenção de militares e encetar um processo de negociação para melhoria significativa das condições salariais.
- Adotar um novo conceito estratégico de Defesa Nacional e interligações possíveis ao conceito estratégico da NATO e à bússola estratégica da UE [*proposta retirada do programa do PS*].
- Envolver o tecido empresarial que compõe a base tecnológica e industrial de Defesa no processo de reequipamento das Forças Armadas [*proposta retirada do programa do PS*].
- Implementar medidas de âmbito fiscal e administrativas que permitam a criação de um ecossistema amigo das empresas do setor da defesa.
- Adotar medidas para capacitar a indústria militar e contribuir para a modernização e adequação dos equipamentos e instalações, tendo em vista a progressiva efetivação do compromisso internacional de investimento português com a NATO.
- Promover a participação de empresas portuguesas em consórcios de investigação, desenvolvimento e produção nas áreas da defesa, potenciando as encomendas de equipamentos e de material realizadas pelas forças armadas.

POLÍTICA EXTERNA

- Continuar a apoiar a defesa da Ucrânia, na linha das diretrizes europeias.
- Apoiar o processo de alargamento da UE à Ucrânia, Moldávia, países dos Balcãs Ocidentais e Geórgia.
- Estabelecer Portugal como ponte estratégica entre União Europeia e o Reino Unido.
- Promover a candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio 2027- 2028.
- Defender a solução de dois Estados como resolução para conflito israelo-palestiniano.

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

- Promover uma política de imigração regulada, humanista, flexível na sua execução, e orientada para as necessidades do mercado de trabalho, relativamente à entrada legal de imigrantes em território nacional.
- Desenvolver uma política proativa de atração de jovens, em particular estudantes.
- Apostar na fixação do talento nacional e atração de imigrantes profissionais qualificados.
- Fomentar a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes.
- Criar um serviço de apoio ao emigrante (com presença online) com o objetivo de promover a informação e assim a integração mais próxima das redes de emigração portuguesa na vida nacional.

MEDIA

- Criar um plano de ação para os media, envolvendo meios tradicionais e digitais, a academia e sociedade civil, para responder à configuração da nova oferta de conteúdos, da crise nas cadeias de produção e da violação de direitos de consumidores e empresas.
- Estudar a adoção de novos modelos jurídicos e fiscais empresariais e de investimento e impacto na área dos media, à semelhança do que já ocorre noutros Estados europeus.
- Rever a Lei de Imprensa, ouvindo as empresas do setor, de forma a corrigir o seu anacronismo (face às transformações da sociedade e do impacto das plataformas digitais).
- Avaliar o regime fiscal aplicável às plataformas digitais e incentivar essa discussão a nível europeu, com as receitas a serem alocadas ao incentivo à procura de conteúdos dos média.
- Manter a posição maioritária do Estado na Agência Lusa [*proposta retirada do programa do Livre*].
- Salvaguardar o papel e a missão do serviço público de rádio, televisão e multimédia, garantindo a sua independência e transparência.
- Reforçar a Entidade Reguladora para a Comunicação Social na fiscalização e na sanção de práticas de desinformação e de manipulação da informação.



CONTACTOS JLM&A

headoffice@jlma.pt

+351 213 845 720

Rua Joshua Benoliel, 6
Edif. Alto das Amoreiras, 4º A, 1250-133, Lisboa